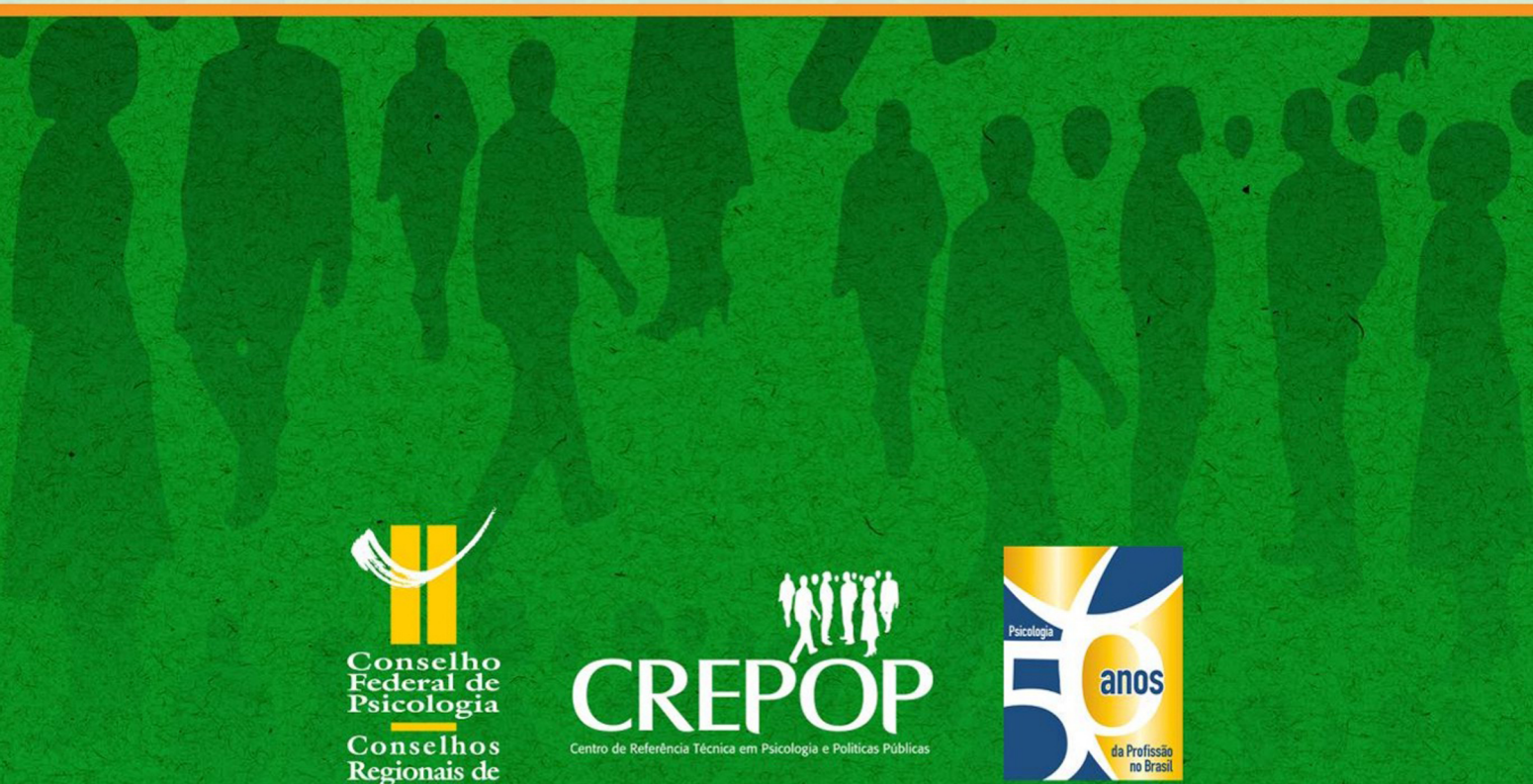


METODOLOGIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

2012



Conselho Federal de Psicologia

Conselhos Regionais de Psicologia

CREPOP

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

Psicologia 50 anos da Profissão no Brasil

Metodologia do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)

2012

Brasília, janeiro/2012

1ª Edição

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte. Disponível também em: www.cfp.org.br e em crepop.pol.org.br
1ª edição – 2012
Projeto Gráfico – Luana Melo/Liberdade de Expressão
Diagramação –
Revisão – Joíra Coelho/Suely Touguinha/Cecília Fujita
Liberdade de Expressão - Agência e Assessoria de Comunicação
atendimento@liberdadedeexpressao.inf.br

Coordenação Geral/ CFP
Yvone Duarte
Equipe Técnica do Crepop/CFP
Romeu Olmar Klich (Coordenador Técnico) e
Natasha Ramos Reis da Fonseca (Assessora de Metodologia)
Mateus de Castro Castelluccio (Assessor de Metodologia)

Equipe Técnica/CRPs
Renata Leporace Farret (CRP 01–DF), Thelma Torres (CRP 02 – PE), Gisele Vieira Dourado OliveiraLopes (CRP 03 – BA/SE), Luciana Franco de Assis e Leiliana Sousa (CRP04 – MG), Beatriz AduraMartins (CRP 05 – RJ), Marcelo Saber Bitar e Ana Maria Gonzatto (CRP 06 – SP), Silvia Giugliani eCarolina dos Reis (CRP 07 – RS), Carmen Regina Ribeiro (CRP 08 – PR), Marlene Barbaresco (CRP09 – GO/TO), Letícia Maria Soares Palheta (CRP 10 – PA/AP), Djanira Luiza Martins de Sousa (CRP11 – CE/PI/MA), Juliana Ried (CRP 12 – SC), Katiúska Araújo Duarte (CRP 13 – PB), Letícia P. deMelo Sarzedas (CRP14 – MS), Eduardo Augusto de Almeida (CRP15 – AL), Patrícia Mattos Caldeira Brant Littig (CRP16 – ES), Zilanda Pereira de Lima (CRP17 – RN), Fabiana Tozi Vieira (CRP18 – MT), Lidiane de Melo Drapala (CRP19 – SE), Vanessa Miranda (CRP20 – AM/RR/RO/AC)

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2,Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília-DF
(61) 2109-0107 /E-mail: ascom@cfp.org.br /www.cfp.org.br
Impresso no Brasil – Dezembro de 2011

Conselho Federal de Psicologia
XV Plenário
Gestão 2011-2013

Diretoria
Humberto Cota Verona – Presidente
Clara Goldman Ribemboim – Vice-presidente
Deise Maria do Nascimento – Secretária
Monalisa Nascimento dos Santos Barros – Tesoureira

Conselheiros efetivos
Flávia Cristina Silveira Lemos
Secretária Região Norte
Aluízio Lopes de Brito
Secretário Região Nordeste
Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro
Secretária Região Centro-Oeste
Marilene Proença Rebello de Souza
Secretária Região Sudeste
Ana Luiza de Souza Castro
Secretária Região Sul

Conselheiros suplentes
Adriana Eiko Matsumoto
Celso Francisco Tondin
Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues
Márcia Mansur Saadallah
Maria Ermínia Ciliberti
Mariana Cunha Mendes Torres
Marilda Castelar
Sandra Maria Francisco de Amorim
Tânia Suely Azevedo Brasileiro
Roseli Goffman

Conselheiros suplentes
Angela Maria Pires Caniato
Ana Paula Porto Noronha

Conselheiros responsáveis:
Conselho Federal de Psicologia:
Celso Francisco Tondin e Monalisa Nascimento dos Santos Barrros

CRPs
Carla Maria Manzi Pereira Baracat (CRP 01–DF), Alessandra de Lima e Silva (CRP 02 –PE), Alessandra Santos Almeida (CRP 03 – BA/SE), Paula Ângela de Figueiredo e Paula (CRP04 – MG), Criatiane Knijnik (CRP 05 – RJ), Carla Biancha Angelucci (CRP 06 – SP), Vera Lúcia Pasini (CRP 07 – RS), Maria Sezineide C. de Melo (CRP 08 – PR), Wadson Arantes Gama (CRP 09 – GO/TO), Jureuda Duarte Guerra (CRP 10 – PA/AP), Adriana de Alencar Gomes Pinheiro (CRP 11 – CE/PI/MA), Paulo Zulmar Panatta (CRP 12 – SC), Carla de Sant'ana Brandão Costa (CRP 13 – PB), Elisângela Ficagna (CRP14 – MS), Izolda de Araújo Dias (CRP15 – AL), Andréa dos Santos Nascimento (CRP16 – ES), Alysson Zenildo Costa Alves (CRP17 – RN), Luiz Guilherme Araújo Gomes (CRP18 – MT) KarlaMelo Santos Menezes (CRP19 – SE), Selma Cobra de Jesus (CRP20 – AM/RR/RO/AC)

Comissão ad-hoc de Metodologia
José Vicente Tavares
Maria da Graça Marchina Gonçalves
Eduardo Passos
Beatriz Adura
Vera Passini
Elisangela Ficagna
Thelma Torres
Leticia Palheta
Natasha Ramos Reis da Fonseca

GPME/UFRN – Pesquisadores Conveniados
Oswaldo Yamamoto
Isabel Fernandes de Oliveira
Ilana Lemos Paiva
Cândida Dantas
Pablo de Souza Seixas
Ana Ludmila Freire Costa
Ana Vládia Holanda Cruz

APRESENTAÇÃO

As primeiras verificações a respeito da necessidade de melhorias para a metodologia do Crepop foram observadas a partir do segundo semestre de 2010, quando durante o processo de pesquisa sobre a prática profissional de psicólogos encontraram-se lacunas na definição do campo de investigação e com isso a inadequação de alguns instrumentos de coleta.

Essa percepção ficou mais clara durante a pesquisa de Diversidade Sexual, na época tratada como uma política incipiente, que apontava uma política de governo voltada aos Centros de Combate a Homofobia, com atuação de poucos psicólogos e que não abrangia todas as unidades da federação. A estrutura da política era de 1(um) psicólogo para cada centro implementado.

A solução encontrada foi a introdução de um novo instrumento de coleta, uma entrevista semi-estruturada, a ser aplicada em políticas com poucos psicólogos atuando no serviço ou programa. Para tanto também foi necessário realizar treinamentos regionais para a utilização do instrumento na aplicação da pesquisa.

Foi a partir desse contexto que na Reunião Nacional do Crepop - 2010, o foco sobre as lacunas da metodologia foi discutido de modo mais aprofundado. As conclusões da Reunião Nacional foram encaminhadas à Apaf que aprovou a criação de uma Comissão *ad-hoc* cuja atribuição era a reestruturação da metodologia do Crepop e a realização de um Seminário Nacional sobre o tema com apresentação dos resultados em maio de 2011.

Essa Comissão deveria ser composta por especialistas convidados e representantes dos CRPs por região do país e teria a função de propor o aprimoramento da metodologia a partir de uma reflexão sobre os objetivos institucionais deste projeto bem como os desafios para os anos subsequentes.

A partir de janeiro de 2011iniciou-se o processo de formação da comissão, foram realizadas 5(cinco) reuniões telefônicas, por região, com conselheiros da Rede para eleger representantes regionais para a Comissão de Metodologia. Após o debate com todos os conselheiros responsáveis pelo Crepop, foram definidos os representantes das regiões para compor a comissão ad-hoc: Vera Passini-CRP07, Técnicos do Crepop Beatriz Adura-CRP05, Letícia Palheta-CRP10, Mário Rosa-CRP14 (Elisangela Ficagna), Thelma Torres-CRP02; CFP: Monalisa Barros e Celso Tondin. Foram ainda escolhidos três especialistas para compor a comissão e Planejar o Seminário Nacional de Metodologia, os especialistas convidados Profa. Dra. Graça Gonçalves (PUC-SP), Prof. Dr. Eduardo Passos (UFF), Prof. Dr. José Vicente Tavares (UFRGS); consultor: Osvaldo Yamamoto (Cândia Dantas e Ilana Lemos)

Iniciados os trabalhos da comissão, desde as primeiras reuniões dois pontos ficaram claros: a importância do trabalho do Crepop para o Sistema Conselhos de Psicologia e a complexidade de uma mudança metodológica, que necessitaria de um prazo maior do que o inicialmente previsto, bem como a ampliação do processo de discussão acerca da metodologia. Assim, optou-se por uma discussão ampla e participativa, de maneira a possibilitar maior efetividade, cujo objetivo foi de garantir a qualidade do processo de revisão metodológica para o Crepop.

Esse processo de discussão contou com a realização de duas reuniões presenciais da Comissão, e a construção de um texto de subsídio com indicações sobre possibilidades de melhoria na metodologia. Esse produto do primeiro semestre de trabalho serviu como base para a construção de discussão do Seminário de Metodologia do Crepop.

O Seminário de Metodologia do Crepop, realizado nos dias 15 e 16 de julho de 2011 contou com a participação de todos os técnicos das unidades locais do Crepop, seus respectivos conselheiros, técnicos e conselheiros da Coordenação Nacional, bem como os especialistas da comissão de metodologia e representantes do GPME/UFRN.A dinâmica do Seminário ocorreu em três momentos distintos. O primeiro deles foi a apresentação geral do trabalho realizado pela comissão de metodologia em suas diversas reuniões. O segundo, um debate em grupos a respeito do texto de subsídios, elaborado pela Comissão de Metodologia. Por fim, um debate geral a respeito dos itens apontados pelos grupos, para que os demais participantes conhecessem e referendassem as propostas.

Assim, este documento apresenta o trabalho realizado até o momento, e propõe delinear a proposta de aprimoramento da metodologia de pesquisa do Crepop. Vale destacar que este texto ainda não é o produto pronto e acabado, pois necessita da revisão final na Reunião Nacional do Crepop a ser realizada nos dias 25 e 26 de novembro, para aprovação na APAF de dezembro/2011.

Sumário

CIRCUITO 1 – LEVANTAMENTO DO CAMPO 11
Campo de investigação em políticas públicas 11
Levantamento de marcos-lógicos e legais 16
Levantamento do campo de investigação 17
Critério de definição dos municípios 17
Avaliação e definição dos instrumentos 18
Produtos do 1º Circuito: 18
CIRCUITO 2 – INVESTIGAÇÃO DA PRÁTICA 18
Treinamentos Regionais 19
Leque de instrumentos de pesquisa do Crepop 20
QUESTIONÁRIO ONLINE 20
ENTREVISTAS 20
Entrevista com Gestor Macro 20
Entrevista com os gestores de serviços onde atuam psicólogos 21
Entrevista com Psicólogo 21
PESQUISA QUALITATIVA EM GRUPO 21
Grupo de Psicólogos 21
Grupo Multiprofissional 22
RODA DE CONVERSAS 22
Elaboração de relatórios Regionais 23
Sistematização dos dados – GPME/UFRN 23
Produtos do 2º Circuito: 24
CIRCUITO 3 – PRODUÇÃO DE REFERÊNCIA 25
FORMAÇÃO DA COMISSÃO 26
TRABALHO DA COMISSÃO 26
FINALIZAÇÃO 28
Produtos do 3º Circuito: 29
POLÍTICA INDUTORA DE UTILIZAÇÃO DE DADOS 30
PRÁTICAS INOVADORAS 31
MONITORAMENTO 35
ANEXOS 50
Metodologia de coleta de dados do Crepop 52

CIRCUITOS DO TRABALHO

O conjunto de ações em pesquisa desenvolvidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, por meio do CREPOP, está organizado a partir da diretriz Investigação Permanente em Psicologia e Políticas Públicas, que consiste em pesquisar nacionalmente o fazer dos psicólogos, diante das especificidades regionais.

O processo investigativo implica na construção e atualização de um banco de dados para comportar informações referenciadas, inclusive geograficamente, sobre profissionais de psicologia, legislações, documentos, programas e entidades que desenvolvem ações no Campo das Políticas Públicas. Essas informações possibilitarão subsídio às intervenções e à produção de documentos de referência para a atuação de psicólogos nesse campo.

Para tanto esse processo investigativo foi divido em três circuitos. O primeiro circuito consiste no recorte do campo, delineamento do objeto, pesquisa bibliográfica sobre legislações, documentos, programas e entidades do tema e da politica em questão. Esse circuito conta também com um retrato da distribuição da política em todo país.

O segundo circuito consiste na coleta de dados junto aos psicólogos e aos locais onde ocorre a atuação referente ao campo investigado. Para isso são utilizados diferentes instrumentos que permitam o contato direto com o psicólogo que atua na política. Esse circuito termina com a sistematização dos dados obtidos e a elaboração dos relatórios da pesquisa, quantitativo e qualitativo.

No terceiro circuito ocorre a elaboração do documento de referência para a prática do psicólogo no campo de política pública investigado.

Cada circuito é concluído com a apresentação de seus produtos específicos: mapeamento e análise do campo de prática definido a partir de uma política pública, no primeiro circuito; relatórios quantitativos e qualitativos sobre a atuação dos psicólogos naquele campo, no segundo circuito; documento referência para a prática dos psicólogos na área investigada, no terceiro circuito.

CIRCUITO 1 – LEVANTAMENTO DO CAMPO

O primeiro circuito da pesquisa tem por objetivo delimitar o campo de investigação, considerando-se a concepção de políticas públicas que orienta o trabalho do Crepop e as especificidades da área, em nível nacional e regional. Para isso, após discussão entre a Comissão e no Seminário Nacional ficou acordada uma maneira de proceder a essa definição. A seguir a discussão sobre a concepção de campo em políticas públicas e os procedimentos do primeiro circuito.

Campo de investigação em políticas públicas

O debate feito pela Comissão ad-hoc de Metodologia do Crepop se iniciou pela conceituação a respeito do campo de investigação no âmbito das políticas públicas, entendendo-se que a partir dessa definição é que seria possível debater a metodologia de pesquisa do Crepop.

Os principais pontos levantados na discussão a respeito deste marco conceitual sobre políticas públicas - enquanto o conceito fundamental de campo de investigação do Crepop - levaram em consideração o papel do Estado, especialmente no enfrentamento sistemático das sequelas da questão social. Entendeu-se que atuação do Estado acontece de forma fragmentada e parcializada e seu desempenho é marcado pelo ideário neoliberal, no qual o

Estado se desresponsabiliza de tal enfrentamento através da precarização e privatização (operada por meio da mercantilização e da refilantropização) total ou parcial de serviços.

Em face desta problematização, a comissão se deparou com um impasse na delimitação conceitual sobre o campo das políticas públicas: deve-se ou não abranger o chamado “terceiro setor” para as pesquisas sobre a atuação do psicólogo nas políticas públicas? Considerá-lo implicaria refletir se deve-se ou não abranger as práticas que acontecem fora da máquina do Estado para as pesquisas sobre a atuação do psicólogo nas políticas públicas?

Além disso, houve o reconhecimento de que essas questões se dão, por vezes, de maneira bastante diferenciada nas Unidades da federação e, ainda, nos diversos municípios. Como conciliar as particularidades regionais e a unidade que se espera na produção de uma referência nacional?

Considerou-se que se a delimitação do “campo de investigações” estiver voltada para ações exclusivamente estatais, a análise será fundamentada a partir de um conjunto de princípios, regras e critérios de caráter jurídicos, políticos, financeiros e administrativos bem definidos pelos documentos norteadores de cada política. Por outro lado, esse tipo de delimitação pressupõe a exclusão das atividades desempenhadas pela “sociedade civil”, o que poderá descaracterizar o real desempenho das políticas a serem investigadas, uma vez que suas implementações e execuções em muitos estados e municípios dar-se-ão por parcerias com organizações da sociedade civil e/ou terceiro setor.

Além disso, a comissão também ponderou que, uma vez que a execução das políticas públicas tem se dado de maneiras diferentes nos estados, inclusive com a transferência da execução dessas políticas para

organizações da sociedade civil e/ou terceiro setor, não se poderia descartar esse tipo de ação na investigação. Haveria a necessidade de que a pesquisa abarcasse os profissionais que atuam em políticas públicas desenvolvidas por essas organizações, principalmente para levantar informações sobre a prática profissional destes psicólogos, localizados fora da estrutura estatal, além de proporcionar condições de comparação desta prática com a atuação daqueles que se encontram diretamente ligados ao Estado (em serviços, órgãos e instituições do Estado).

Uma vez que diversos estudos sobre Políticas Públicas e Terceiro setor/Sociedade civil apontam que a maioria dessas organizações é financiada pelo Estado, a partir da configuração do atual modelo de gestão, é importante abarcar todas essas.

Em função dessas considerações, a crítica ao percurso da atual metodologia de pesquisa do Crepop repousou no fato de seu objeto ser amplo, caracterizando-se pela investigação da prática do psicólogo (coletada pelo questionário online e pelos Grupos Fechados), pela caracterização da política pública (coletada pelo mapeamento local e pelas Reuniões Específicas) além de uma pré-avaliação dessas políticas públicas, realizada também durante as Reuniões Específicas. Apesar do escopo da pesquisa ser amplo e da possível complementaridade dessas informações, nem sempre parecia ser possível abarcar a diversidade de situações apontada acima, dadas as diferentes maneiras de implementação e execução de políticas públicas.

Os critérios para a definição do campo de investigação, portanto, deveriam levar em conta, de alguma forma, essa realidade que, inclusive, deveria ser melhor caracterizada, em cada caso, para orientar as decisões metodológicas. Desta forma, após o processo de debate, ocorrido na Comissão e ampliado no Seminário Nacional, concluiu-se que o recorte metodológico da pesquisa deverá ser construído para cada política a ser estudada, a partir da

interlocução dos marcos legais nacionais e locais e de um mapeamento prévio sobre o campo da política em investigação. Deverá ser feito também um levantamento que apresente uma estimativa do número de psicólogos em atuação o mais próximo possível da realidade.

Nesse sentido, a definição do campo deve partir dos marcos lógico, legais federais, considerando como os grandes sistemas de políticas sociais se estruturam. Para isso, dever-se-á considerar como grandes marcos políticos, as leis, programas e planos, em nível federal. A partir disso, os Regionais farão um levantamento local, no qual se considerará o conceito da política em questão e a forma de execução, se apenas por organismos estatais, de administração direta do Estado, ou se por entidades não estatais. Trata-se de uma primeira etapa da investigação, na qual se faz o mapeamento da política, com os desdobramentos que esta tem em nível local. Ao final dessa etapa, dever-se-á decidir qual o campo da investigação que será investigado pelo Crepop, considerando a política pública de origem, mas também considerando a realidade da sua execução.

Isso pode implicar em decisões diferentes para as distintas políticas públicas do Brasil, podendo incluir ou não os diversos setores de execução dessas políticas públicas.

Entendeu-se que, em qualquer caso, a investigação do Crepop poderá e deverá ensejar a avaliação e a crítica às políticas públicas. Por exemplo, na direção de apontar como os marcos legais e políticos estão ou não sendo seguidos nos equipamentos, público-estatais ou não. Esse aspecto será desenvolvido adiante, quando se tratar dos produtos gerados pelo Crepop.

Em outras palavras, a partir da sistematização dos dados levantados nessa primeira etapa da pesquisa, será possível a definição mais consensual do campo de investigação (considerando as realidades regionais e a(s) forma(s) de execução da política), o que minimizaria a existência de

discrepâncias quanto ao recorte das pesquisas; e ainda poderá aumentar a credibilidade e garantir o caráter nacional da investigação.

Esta estratégia deve ser complementada e fortalecida pela participação dos regionais em cada passo e por um monitoramento sistemático (esse aspecto será discutido mais adiante).

A definição do campo conforme o procedimento descrito acima implicará também, ao final da primeira etapa e quando da definição exata do campo, na definição dos instrumentos a serem utilizados para a coleta de dados. Para isso, o Crepop dispõe de um leque de instrumentos de pesquisa que podem ser utilizados de acordo com a situação da política investigada e também com a quantidade de psicólogos em atuação na área.

Outro ponto considerado foi que a discussão do campo deve abarcar a questão da intersetorialidade e opções metodológicas para sua pesquisa e, quando possível e necessário, apresentar um redesenho da metodologia para contemplar políticas transversais com instrumentos que abarquem esse aspecto.

Em síntese, o processo de demarcação do campo de pesquisa dependerá da realidade de cada política abordada, seguindo o seguinte percurso para sua definição:

1. CFP: Delimitação dos marcos políticos lógico-legais federais;
2. CRPs: Delimitação dos marcos regional, considerando as particularidades na execução das políticas, inclusive a partir de seu vínculo com o Estado; e levantamento do número de psicólogos atuantes;
3. CFP/GPME: Produção de subsídios para a definição do campo e dos instrumentos a serem utilizados.

4. CFP – CRPs - Conselho Consultivo - Técnicos: o campo e os instrumentos a serem utilizados vão ser definidos coletivamente.

Levantamento de marcos-lógicos e legais

Levantamento em nível federal

A primeira definição do campo é realizada pela Coordenação Nacional do Crepop e parte dos marcos lógico e legais, considerando como os grandes sistemas de políticas sociais se estruturam. Para tanto, dever-se-á considerar como grandes marcos políticos, as cartas, convenções e documentos internacionais de direito, as leis e decretos federais, programas e planos, em nível federal.

Levantamento em nível estadual e municipal

A segunda definição do campo é realizada pela unidades regionais do Crepop e parte dos marcos lógico e legais, considerando os grandes sistemas de políticas sociais se estruturam no âmbito local. Para tanto, dever-se-á considerar como grandes marcos políticos, as cartas, convenções e documentos internacionais de direito, as leis e decretos federais, programas e planos, em nível federal e estadual.

O domínio das informações contidas nos marcos lógicos e legais é fundamental não apenas para a realização da pesquisa, como também para a produção de informação qualificada para o Sistema Conselhos, a respeito da situação das políticas públicas em cada um dos Estados, produzindo documentos informativos aos plenários, bem como a respeito das deficiências encontradas na implementação da política, que podem comprometer tanto o trabalho dos psicólogos, como também a qualidade do serviço disponível à população. Esses documentos podem tornar-se instrumento de gestão dos Conselhos.

Levantamento do campo de investigação

Conhecer as características do campo, sua extensão e serviços passa, então, a ser etapa do processo de pesquisa do Crepop e os instrumentos a serem utilizados serão definidos, em função das características encontradas, pela Coordenação Nacional do Crepop, conjuntamente com a equipe de análise (GPME/UFRN) e técnicos regionais, a partir dos resultados desta etapa.

Os Regionais realizarão um levantamento local, no qual se considerará a estrutura da política em questão e a forma de execução - se apenas por organismos estatais, de administração direta do Estado, ou se pela terceirização em entidades não estatais. Trata-se de uma primeira etapa da investigação, na qual será feito o mapeamento da política, com os desdobramentos que esta tem em nível local.

O mapeamento deverá abarcar as diversas instituições vinculadas à execução da política. São etapas do levantamento do campo:

- ✓ Descrição da estrutura da política – organogramas, equipamentos que compõem a política.
- ✓ Identificação de gestores – Secretários, Subsecretários que compõem o quadro de gestores das pastas responsáveis por executar as pesquisas, além de gestores que coordenam serviços nos quais psicólogos atuam.
- ✓ Levantamento quantitativo de psicólogos– número de psicólogos que atuam na política;
- ✓ Levantamento dos demais trabalhadores da política;
- ✓ Conselhos de controle social que fiscalizam a política;

Critério de definição dos municípios

O Crepop tem realizado ações de interiorização das pesquisas, que implicam necessariamente na definição de quais municípios serão investigados. Esta decisão deve ser tomada em âmbito regional, uma vez que a equipe do Crepop nos CRPs é a que melhor conhece especificidades

que precisam ser elevadas em consideração. A definição deve harmonizar fatores como população, número de serviços, importância regional do município, ações de interiorização já desenvolvidas pelos CRPs, além da capacidade e disponibilidade da equipe do Crepop em interiorizar ações e será pactuada nos treinamentos regionais para constar na nota técnica.

Avaliação e definição dos instrumentos

A partir dos levantamentos da estrutura e do quantitativo de psicólogos em atuação, a Coordenação Nacional juntamente com o GPME/UFRN, contando com a participação de técnicos das unidades locais, definirão os instrumentos a serem utilizados na pesquisa. Assim, em cada pesquisa deverá ser adotado um conjunto de instrumentos da metodologia adequados ao campo de investigação.

Produtos do 1º Circuito:

Levantamento dos marcos lógicos legais nacionais;
Levantamento dos marcos lógicos legais regionais;
Nota técnica de pesquisa;
Relatórios Regionais do levantamento do campo;
Relatório analítico sobre a implantação a política na área

CIRCUITO 2 – INVESTIGAÇÃO DA PRÁTICA

Após a definição do campo de investigação, passa-se ao segundo momento da investigação, que é a coleta de dados, a pesquisa propriamente dita. O objetivo deste2º Circuito é aplicar, em todos os regionais, os instrumentos definidos como necessários para a investigação nacional.

Esses instrumentos são decididos, a partir da primeira etapa, entre um leque de instrumentos possíveis. A seguir, é feito um treinamento dos Regionais, tanto para a correta identificação do campo de investigação, como em relação aos instrumentos definidos. O objetivo é garantir que os instrumentos escolhidos para utilização em escala nacional produzam informações comparáveis e/ou que possibilitem chegar a resultados de caráter nacional. Outras iniciativas de investigação podem ser desenvolvidas, entretanto, pelos Regionais, desde que garantida a pesquisa nacional.

Treinamentos Regionais

Os treinamentos regionais dos técnicos do Crepop sempre foram realizados com objetivo de aprimorar a coleta de dados e solucionar dúvidas quanto à metodologia de pesquisa, a fim de garantir a qualidade da informação coletada. À medida em que o Crepop se consolidava, as situações de treinamento também foram sendo revistas.

A partir das redefinições da metodologia, com a delimitação clara dos três circuitos, os treinamentos passam a fazer parte de forma mais sistemática do cronograma de atividades do Crepop, sendo realizados antes de cada pesquisa, enfatizando não apenas o aprimoramento em metodologia de pesquisa como também estratégias específicas, necessárias de acordo com o campo pesquisado.

Os treinamentos regionais serão realizados a cada ciclo de pesquisa, em período anterior à seu lançamento, em etapas regionais (Nordeste, Sul, Sudeste, Norte e Centro Oeste), a fim de contemplar particularidades de cada região. O treinamento é organizado pela Coordenação Nacional do Crepop e realizado com participação do GPME/UFRN.

Leque de instrumentos de pesquisa do Crepop

QUESTIONÁRIO ONLINE

O **questionário on-line** é a ferramenta de coleta de abrangência nacional. O objetivo é cobrir não só geograficamente uma determinada política, mas também todas as características da prática profissional do psicólogo referente a ela. Permite ainda a participação na pesquisa de um número maior de profissionais do que aqueles alcançados pelos grupos.

No processo de reestruturação da metodologia este instrumento passou por readequações com vistas a atender as indicações do Seminário Nacional, que apontou aspectos que poderiam simplificar o instrumento e aumentar a adesão dos respondentes; também aspectos relativos ao esclarecimento de tópicos do questionário. O questionário manteve o foco das perguntas sobre a prática profissional. O novo questionário está menor, e menos redundante o que facilita o preenchimento e evita desistências.

ENTREVISTAS

Entrevista com Gestor Macro

Este instrumento tem por objetivo caracterizar a política em foco, bem como a percepção do trabalho do psicólogo nela, da perspectiva dos gestores.

A escolha desse gestor deverá ser realizada com a principal Secretaria, ou Secretaria responsável, dentre todas as que compõem a política, ou seja, aquela que executa mais ações. Deve-se agendar entrevista com o Secretário da pasta ou no máximo, gestor de 2º escalão.

Perfil do Entrevistado:

Gestor macro da Política, um secretário estadual ou municipal de uma das grandes áreas nas quais a política perpassa.

Entrevista com os gestores de serviços onde atuam psicólogos

Devido à amplitude de serviços e programas que possam existir, criou-se a possibilidade de entrevistar gestores que atuam como coordenadores de serviços nos quais os psicólogos estão lotados.

A escolha desses gestores deverá ser realizada pelo critério do serviço/programa/projeto no qual há maior quantitativo de psicólogos em atuação na região pesquisada, devendo ser utilizado o Roteiro de Entrevista.

Entrevista com Psicólogo

A possibilidade de realização de entrevistas com psicólogos visa contemplar situações nas quais a presença destes profissionais é pequena e não possibilite a realização de grupos de psicólogos. Estas entrevistas seguem roteiro próprio, adaptado ao tema em investigação e tem como objetivo levantar dados referentes á prática profissional do psicólogo.

PESQUISA QUALITATIVA EM GRUPO

Grupo de Psicólogos

Este instrumento tem o objetivo de possibilitar um espaço de diálogo para psicólogos que atuam no campo específico investigado dentro de uma mesma área geográfica. Os grupos são como uma amostra da atuação dos psicólogos junto à população e por isso é importante que sua constituição seja exclusiva de psicólogos.

A partir desses diálogos é possível identificar os modos de atuação desenvolvidos, neste campo específico, além dos conflitos e dilemas encontrados na prática diária em Psicologia (CFP/CREPOP, 2008)Ficam mantidas as bases do grupo fechado para utilização no grupo de psicólogos com a inserção de critérios para realização dos grupos, como o limite de participante, a redefinição de tempo de realização dos grupos, readequação da responsabilidade da moderação e relatoria desses, além a sugestão de modalidades de condução as entrevistas em grupo, debate de grupo e /ou discussão de grupo.

Grupo Multiprofissional

Outra modalidade de levantamento de dados é a pesquisa com grupo formado por diversos profissionais atuantes na política pública, para verificação dos fatores que indicam a interdisciplinaridade da política.

RODA DE CONVERSAS

Levando em consideração a necessidade da realização de eventos ampliados, que comportem a participação de Gestores, Professores Universitários, Estagiários e, buscando manter a metodologia de pesquisa, o Crepop indica a realização de eventos abertos para debater a situação da política pública.

Esta modalidade visa garantir que os grupos de psicólogos não sejam enviesados com a presença de outros profissionais ou até mesmos estagiários e/ou docentes. E ainda de seus gestores, uma vez que a participação destes últimos em reuniões tem sido apontada pelo grupo de análise como um dos problemas para a sistematização de dados.

As rodas de conversa, por fim, não se configuram como espaços de coleta de dados, apenas como ação

política do CRP aproximando a categoria do Conselho e este dos Gestores, possibilitando assim a realização de diálogos que proporcionem uma inserção qualificada da psicologia nas políticas públicas.

Elaboração de relatórios Regionais

Para cada instrumento de coleta de dados, há uma orientação para a produção de relatório, que será disponibilizada aos técnicos nas notas técnicas das pesquisas e sua elaboração reforçada nos treinamentos regionais, para garantir a qualidade aos dados.

Sistematização dos dados – GPME/UFRN

Seguindo deliberação do VIII CNP, a partir de 2011 a sistematização dos dados do Crepop passou a ser realizada por instituição pública. O Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação - GPME, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coordenado pelo professor Oswaldo Yamamoto, há vários anos produz pesquisas sobre a prática de psicólogos em políticas sociais.

A parceria com o CFP visa sistematizar os dados coletados pelas unidades locais do Crepop produzindo material de subsídio (relatórios) para a comissão de especialistas que irá redigir o Documento de Referência.

Outro produto do GPME é um roteiro para o Documento de Referência, com os principais pontos a serem abordados pela comissão de redação do documento de referência. Esta estratégia visa acelerar o trabalho de redação dos documentos por parte da comissão ad hoc responsável, bem como garantir que o documento reflita os dados da pesquisa.

Produtos do 2º Circuito:

- **Relatório quantitativo – questionário online (Coordenação Nacional)**
- **Relatórios com dados locais das pesquisas (Crepop/CRPs)**
- **Relatório nacional dos dados qualitativos-interno(GPME/UFRN)**
- **Relatório nacional dos dados qualitativos-versão publicação (GPME/UFRN)**
- **Documento síntese, roteiro indicativo, para a comissão ad hoc que vai elaborar o Documento de Referência**

CIRCUITO 3 – PRODUÇÃO DE REFERÊNCIA

O terceiro circuito consiste no processo de elaboração de referência técnicas, específicas para cada área investigada. As referências produzidas devem considerar a realidade da prática apresentada pela investigação, mas também proporcionar o reconhecimento do melhor que pode ser feito pelos psicólogos, na direção do estabelecimento de pactos da categoria sobre o seu fazer.

As referências são dispositivos que o Conselho Federal de Psicologia oferece aos psicólogos, com a finalidade de apresentar propostas técnicas e éticas para o desenvolvimento de uma prática psicológica qualificada, e, no campo das políticas públicas, adequadas a uma atuação que contribua para a efetivação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, bem como dos direitos civis e políticos.

Sua redação é feita por uma Comissão Ad-hoc composta por um grupo de especialistas - reconhecidos por suas qualificações técnicas e científicas - e por um conselheiro do CFP mais um conselheiro do Comitê Consultivo e um técnico do CREPOP. O convite aos especialistas é feito pelo CFP e não implica em remuneração, sobretudo porque muitos desses são profissionais que já vinham trabalhando na organização daquela política pública específica, e recebem o convite como uma oportunidade a mais de intervirem na organização da sua área de atuação e pesquisa.

Esse terceiro circuito garante que o processo de elaboração de referências técnicas reflita a realidade da prática profissional e permita também que o trabalho que vem sendo desenvolvido de modo pioneiro por muitos psicólogos possa ser compartilhado, criticado e melhorado, para uma maior qualificação da prática psicológica no âmbito das Políticas Públicas.

FORMAÇÃO DA COMISSÃO

1. ESCOLHA DOS RESPONSÁVEIS PELA COMISSÃO – Avaliação em Plenário a partir dos temas de atuação de cada conselheiro;

2. ESCOLHA DOS ESPECIALISTAS – Os responsáveis deverão indicar os especialistas para compor a comissão ad hoc, observando os critérios apresentados neste documento. Recomenda-se a discussão com outros conselheiros que também atuam no mesmo tema, bem como considerar as indicações realizadas pelos CRPs;

3. Os responsáveis pela comissão ad hoc terão a função de coordenação dos trabalhos a fim de garantir: 1) o cumprimento dos prazos; 2) as características gerais do documento; 3) a articulação do documento com os dados da pesquisa

4. CONVITE E ENVIO DE MATERIAL – Após a escolha, a Coordenação do Crepop procede ao envio da carta convite e do material de subsídio (apostila contendo todos os levantamentos e relatórios das pesquisas do Crepop).

TRABALHO DA COMISSÃO

5. 1ª REUNIÃO PRESENCIAL DE APRESENTAÇÃO - Encontro presencial para apresentação dos integrantes da comissão e discussão do material de subsídio: relatórios das pesquisas, levantamento dos marcos lógico-legais; apresentação da finalidade do documento. Discussões a respeito dos quatro eixos do documento de referência e dos pontos essenciais que devem ser abarcados em cada eixo. Distribuição das atividades/redação dos eixos entre os especialistas. Duração: 1 (um) dia.

6. REDAÇÃO DOS EIXOS – Período em que cada especialista redigirá o eixo pelo qual ficou responsável. Duração: 40 (quarenta) dias.

7. 2ª REUNIÃO PRESENCIAL – Apresentação dos eixos produzidos, leitura coletiva e contribuições dos demais especialistas. Finalização da minuta do documento de referência. Duração: 1 (um) dia.

8. REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO – Envio do texto à Coordenação de Comunicação Social do CFP para primeira revisão técnica (gramatical, adequação a normas ABNT) e diagramação do texto em versão digital a ser disponibilizado no site para um período da consulta pública. Duração: 15(quinze) dias.

9. PERÍODO PARA CONSULTA PÚBLICA - A versão redigida pela comissão *ad hoc* será submetida a uma Consulta Pública direcionada preferencialmente para psicólogos que atuam na política. As considerações ao documento são enviadas por meio de um formulário eletrônico. Duração: 40 (quarenta) dias.

10. SISTEMATIZAÇÃO DE ENVIO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A COMISSÃO - Uma vez encerrada a Consulta Publica, a equipe técnica do CREPOP faz uma sistematização das contribuições apresentadas submetendo-as a um crivo superficial, repassando para os integrantes da comissão apenas as contribuições pertinentes, sejam elas críticas, sugestões ou elogios, juntamente com um relatório das participações. Após sistematização, as contribuições são enviadas à comissão. Duração: três dias;

11. REUNIÃO TELEFÔNICA PARA DISCUSSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES - Após recebimento e leitura das contribuições, os integrantes da comissão participarão de uma reunião por telefone, para discutir a inserção dos

comentários, avaliando quais deverão ser incorporados, quais precisariam ser recusados, mediante devida justificativa. Duração: um (1) dia.

FINALIZAÇÃO

12. APRESENTAÇÃO DE VERSÃO FINAL À PLENÁRIA DO CFP E AO CONSELHO CONSTULTIVO DO CREPOP– Concluída as alterações necessárias advindas das sugestões da Consulta Pública o conselheiro responsável pela Comissão *ad hoc* apresentará a versão integral do texto ao Plenário do CFP, recomendando sua publicação. Caso seja detectada alguma necessidade de alteração, em qualquer parte do texto, os especialistas serão comunicados e fazer a alteração ou. Duração: máx. 40 dias (a depender da deliberação da Plenária).

13. ENVIO DE VERSÃO FINAL APROVADA PARA PUBLICAÇÃO - finalizado e aprovado o texto, este seguirá para segunda revisão, receberá diagramação e arte de capa, seguindo para impressão. Duração: 30 (trinta) dias.

14. LANÇAMENTO DO DOCUMENTO – Lançamento da versão online (PDF) no site do Crepop e do CFP e dos Regionais. Divulgação via e-mail para psicólogos que responderam a pesquisa e no mailing do CFP (Boletim Pol). Duração: 5 (cinco) dias.

15. DISTRIBUIÇÃO – A partir do recebimento do material impresso, o Setor de Apoio/CFP procederá à distribuição para os CRPs, bibliotecas, cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia, instituições do Governo Federal que coordenam a execução da política. Duração: 20 (vinte) dias.

Produtos do 3º Circuito:

Documento de Referência para Atuação dos Psicólogos em Políticas Públicas.

POLÍTICA INDUTORA DE UTILIZAÇÃO DE DADOS

Durante todo o processo de revisão, discussão e aprimoramento da metodologia do Crepop foi indicada a necessidade da construção de uma política indutora para a utilização dos dados das pesquisas, por entidades de ensino e pesquisa. Esta se constitui para além de um programa de disseminação da informação, mas também como estratégia de ampliação dos produtos dos Crepop.

O objetivo dessa política indutora é alcançar a sociedade como um todo, pesquisa, formação, gestão de políticas, além da categoria. Desta forma, essa política indutora dependerá do estabelecimento de parcerias entre o CFP e instituições interessadas e também com organizações financiadoras de pesquisas acadêmicas (como CNPq, Capes) para lançamento de editais temáticos.

Toda a utilização dos dados coletados nas pesquisas do Crepop, por outras instituições, que não o Sistema Conselhos de Psicologia, dependerá da anuência dos entrevistados, assim, os instrumentos de coleta deverão trazer questão (ou no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) na qual o respondente autorizará a utilização dos dados por outros pesquisadores.

Desta forma, para implementação da política indutora definiu-se que, para a utilização destes dados, sejam criadas comissões científicas anuais, de até 5 integrantes, aos moldes da comissão editorial da revista Ciência e Profissão (os integrantes de todo o Sistema Conselhos CRPs e CFP) que façam a avaliação das solicitações de utilização de dados, especialmente dados brutos. É necessário que essa comissão construa os critérios para utilização dos dados e meios para solicitação, especificando a não participação no processo de coleta de dados, apenas utilização de dados brutos e/ou dados processados.

Para a produção científica sobre Psicologia e Políticas Públicas, nessa política indutora sugeriu-se a criação de concurso monográfico, em parceria com Abep e Anppep, com possibilidade de inscrição de trabalhos não apenas em Psicologia como em vários níveis interdisciplinares.

Dentre todas as propostas de ação dessa política indutora de utilização dos dados do Crepop foi sugerida a elaboração de documentos de referência para outros públicos: gestores, estudantes de graduação, professores, comunidade, que abordem as diversas possibilidades da Psicologia nas Políticas Públicas. Essa primeira iniciativa já foi implementada com a consolidação do documento para gestores do SUS, da Assistência Social, Educação e Justiça e Segurança Pública.

Propostas do Comitê Consultivo:

1) criação de uma comissão para construção dos critérios e procedimentos para a utilização dos dados da pesquisa do CREPOP junto a parceiros de IES e Centros de Pesquisa;
2) começar com um projeto piloto;
3) aplicar, caso aprovada a política indutora, aos ciclos futuros.

PRÁTICAS INOVADORAS

A pesquisa sobre a prática profissional da psicologia nas políticas públicas tem por objetivo caracterizar o fazer da psicologia no cotidiano dos espaços formados pelas instituições públicas e das organizações da Sociedade Civil que estão diretamente engajadas no processo de implantação e consolidação das diretrizes das políticas públicas.

Na perspectiva de investigar o cotidiano dessas práticas em psicologia demanda-se a utilização de diversos meios na busca de compor um mosaico que seja

suficientemente ilustrativo dos diferentes fazeres e saberes da psicologia no contexto específico de cada um dos campos estudados. Trata-se de uma sistematização, baseada nas informações das psicólogas e dos psicólogos que atuam no campo, sobre as ações desenvolvidas no dia-a-dia, e de olhar retrospectivamente e sistematizar suas práticas. Neste sentido, a pesquisa busca descrever as práticas desenvolvidas e os conhecimentos produzidos, a partir do lugar, do horizonte da vida diária de cada um. Reconhece-se, assim, que, apesar das diretrizes das políticas públicas serem nacionais, elas são apropriadas e transformadas nos diferentes municípios do Brasil e nas diferentes práticas que resultam da sua implantação na concretude do local, no Inter-jogo entre as potencialidades e as dificuldades de cada lugar.

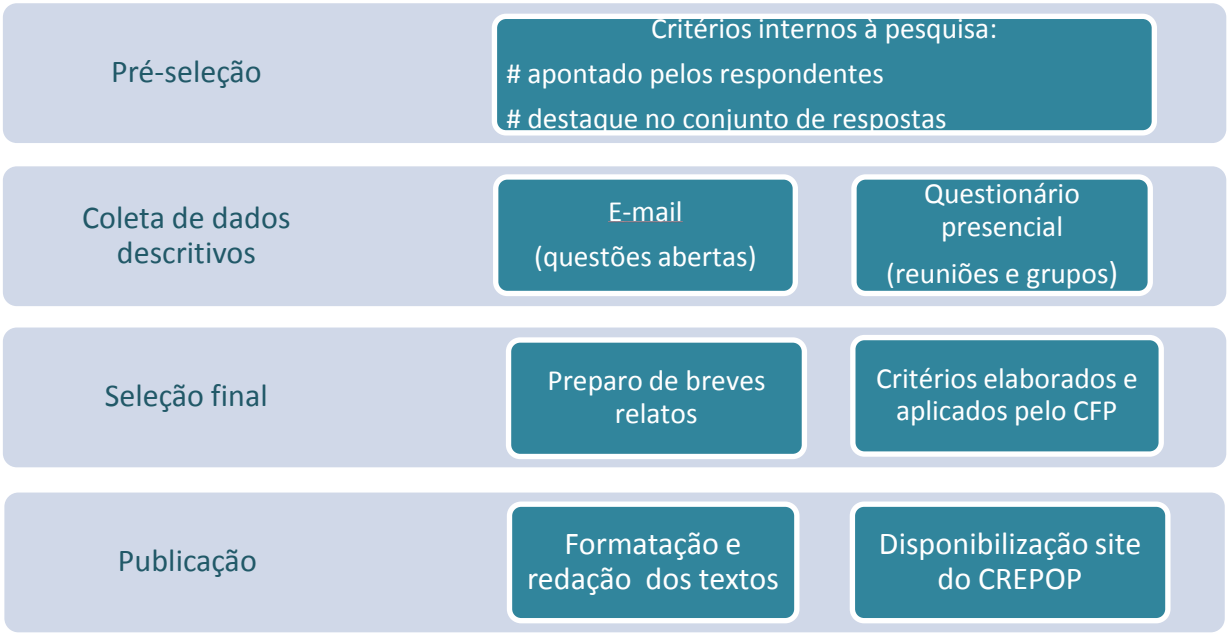
A pesquisa sobre as práticas inovadoras é realizada de forma ampla e pública. A coleta de possíveis indicações sobre práticas emergentes e inovadoras[1] começa no questionário online e nas reuniões e nos grupos fechados. No questionário online há uma pergunta específica sobre práticas inovadoras que o participante conhece e um pedido explícito para enviar um contato com a pessoa responsável; na reunião em grupos, seja com psicólogos seja com outros profissionais, esta questão também é discutida e as respostas são apresentadas no relatório produzido pelos técnicos locais do CREPOP.

Esses profissionais podem ainda ser identificados de outras formas: desde a sugestão de membros da equipe de pesquisa, sugestões do CFP, até o uso de informações públicas, tal como a participação em congressos da área ou eventos públicos relativos à temática estudada.

[1] A expressão práticas inovadoras está sendo utilizada aqui, não necessariamente no sentido de práticas inéditas, mas em referência a práticas que buscam solucionar os problemas e transformam o local. Muitas vezes, o que é inovador é o modo de fazer, ou seja, as estratégias desenvolvidas utilizando os recursos locais e o que é inovador em um lugar pode não ser considerado inovador em outro.

A partir desta identificação, envia-se um e-mail para os profissionais indicados ou mencionados nas situações referidas acima, no qual é solicitado o envio da descrição de suas práticas.

O processo de seleção das experiências envolve quatro fases distintas:



Fonte: CFP/Crepop; UFRN/GPME. 2011

1- Pré-seleção: leitura atenta e discussão de todas as experiências descritas no questionário online, nas reuniões e nos grupos fechados e reuniões específicas;
2- Coleta de dados descritivos: a partir da pré-seleção, coleta de informações adicionais via e-mail;
3- Seleção Final: preparação dos breves relatos e apresentação aos Conselheiros do CFP que a partir dos preceitos éticos e institucionais chancelam a pré-seleção.

Os critérios utilizados até o momento são:

a) evidências de mudanças qualitativas significativas nas práticas em psicologia;

b) evidências de melhoria nos serviços prestados;

c) práticas comprometidas social e eticamente com os usuários dos serviços;

d) práticas criativas que podem ser fonte de inspiração e de aprendizado para outros profissionais que atuam no campo.

Questionários são enviados à(s) pessoa(s) de referência das experiências selecionadas e a seleção posterior é pautada pela importância resolutiva da experiência e de sua capacidade de ser uma fonte de inspiração para outros profissionais; considerando-se a distância e os recursos disponíveis, experiências chave são visitadas a fim de melhor documentar a prática e o progresso das mesmas.

4- Publicação: após a redação do texto explicativo da experiência, o mesmo é enviado para o autor /responsável da prática para que seja revisto e, quando necessário, ampliado ou realinhado. A autoria final do texto é do profissional de psicologia que coordena a experiência, a quem é solicitada autorização, por escrito, para publicação no site do CFP.

MONITORAMENTO

No percurso do Crepop enquanto um Projeto Nacional do Sistema Conselhos de Psicologia, o monitoramento e avaliação foram instituídos como forma de acompanhamento das atividades desenvolvidas. Ao longo dos últimos anos foram experimentadas algumas metodologias para o monitoramento das atividades de pesquisa do Crepop, contudo, por tratar-se de uma ação em Rede de abrangência nacional, desenvolvida junto a todos os 20 Conselhos Regionais e no Conselho Federal Psicologia verificou-se a necessidade de um acompanhamento sistemático, em substituição ao modelo existente.

Desta forma desde a criação do Crepop em 2006 a proposta de se ter um sistema de monitoramento e avaliação esteve voltada para aprimorar a implementação do projeto Crepop. Nesse primeiro momento, foi criado um formulário, quantitativo, que indicava a realização de atividades e sua quantidade, entretanto este não produziu um retorno satisfatório, pois permitia que as respostas fossem qualificadas, nem a inserção de observações sobre o desenvolver das atividades. Apresentando-se como uma ferramenta métrica, que media o fazer e não fazer, entretanto não limitava o problema como um todo, para a recondução das ações.

Após os primeiros anos, em 2008, diante da ampliação do Crepop, no número de unidades locais, quantidade de pesquisas, e outras funções o sistema de monitoramento e avaliação, incorporou novos instrumentos para planejar e acompanhar o desenvolver das atividades anuais da Rede, e do conjunto de ações para além da pesquisa. Dentre os instrumentos foram inseridos planos de trabalho locais, um relatório de monitoramento descritivo, reuniões telefônicas, treinamentos todos com um único objetivo, acompanhar e dar suporte a Rede de

Pesquisa. Embora esse conjunto de instrumentos visasse o acompanhamento das atividades, este ainda apresentava um foco mais acentuado na avaliação, deixando a possibilidade de recondução de ações e diretrizes a espaços temporais reduzidos, como exemplo na Reunião Nacional do Crepop.

Sendo assim em 2011, com a reestruturação da metodologia do Crepop, voltou-se novamente o olhar para o Monitoramento da Rede, apontando a necessidade deste ser cada vez sistemático e efetivo, propondo recondução de ações. Uma vez que, a partir do VII Congresso Nacional de Psicologia-CNP quando o processo de investigação da prática profissional de psicólogos em políticas públicas desponta como um dos grandes interesses da categoria, de interesse público. Todo o trabalho do Centro de referências técnicas passa a ser demandado por uma maior efetividade na elaboração de referências. Esse movimento ratifica a necessidade de reestruturação do Monitoramento.

A rede do Crepop hoje possui 20 unidades locais, em todos os Conselhos regionais de Psicologia com as mais distintas realidades locais e diversas possibilidades de atuação em pesquisa, esse diferencial foi um dos principais pontos de debate no processo de reestruturação da metodologia do Crepop, as especificidades locais foram estruturantes dentro da proposta de aprimoramento metodológico, desde os instrumentos até aos produtos, foram pensados para valorizar as potencialidades locais e ao mesmo tempo garantir o caráter Nacional da Pesquisa.

É sob este enfoque que segue a proposta de monitoramento, numa tentativa de acompanhar os avanços metodológicos deste ano, reconhecendo a realidade local, as dificuldades de realização das pesquisas, acompanhar estratégias de mobilização, o desenvolvimento dos grupos, a interação com ações do regional, com intuito de que este acompanhamento seja mais efetivo e sistemático,

observando os processos, resultados e se possível mensurando o impacto da atuação do Crepop em cada Regional.

Pressuposto teórico: A necessidade de monitorar

A função de um monitoramento é acompanhar projetos, ações, atividades desempenhadas por organizações com vistas a garantir que os objetivos planejados sejam alcançados. Esta ferramenta ganha espaço a partir do momento em que as instituições começam a se preocupar não apenas em executar suas atividades, mas garantir qualidade, eficácia e eficiência destas. O monitoramento permite analisar a qualidade do impacto do trabalho planejado, seus custos, estrutura e ferramentas, apresentando subsídios para o processo seguinte, a avaliação. Através do monitoramento pode-se "revisitar o progresso, identificar problemas em planejamento e/ou implementação, promover ajustes para que se possa mais fortemente "fazer a diferença". [2]

Apresentação de conceitos

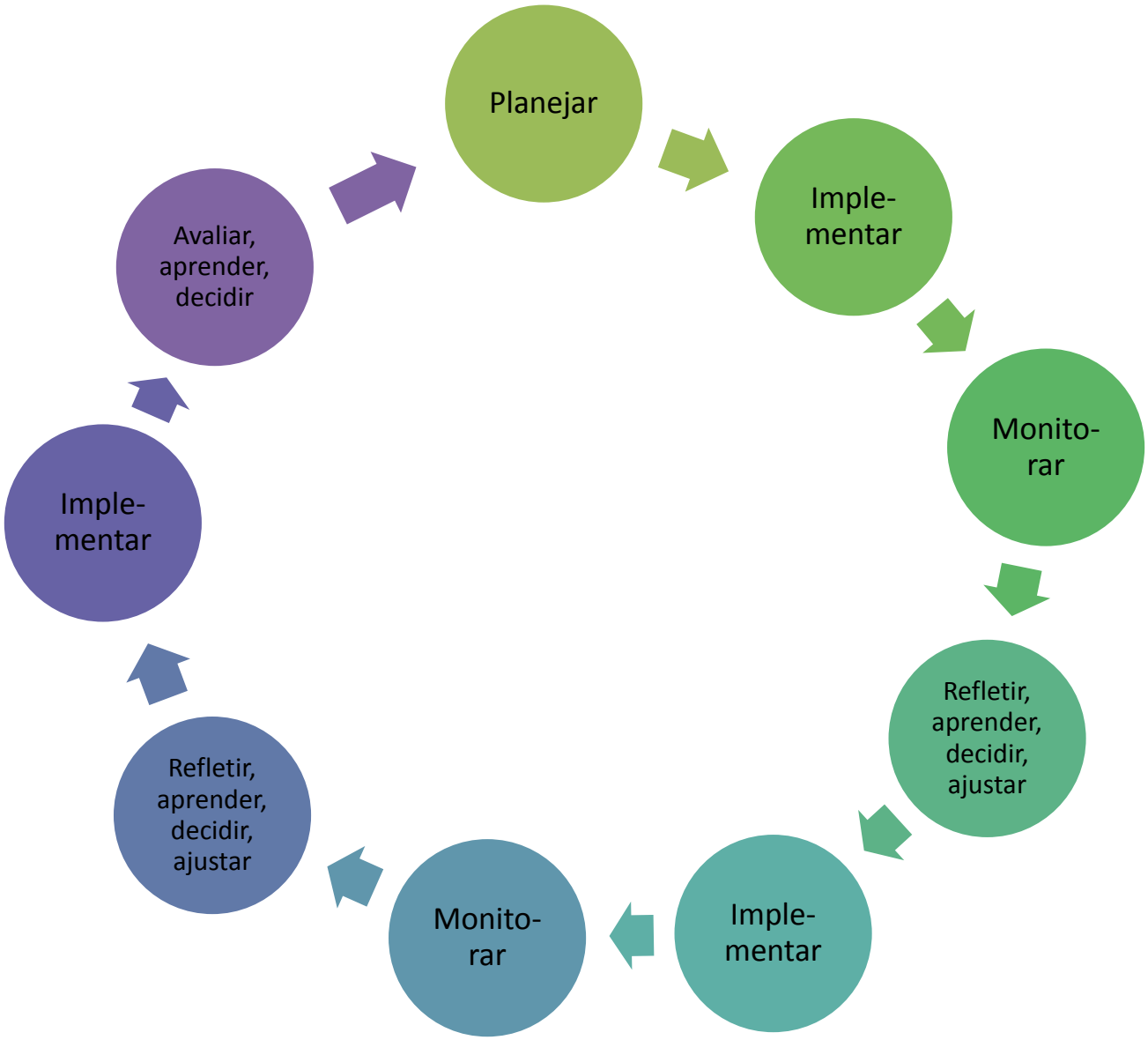
Monitoramento vem a ser a coleta sistemática de dados e sua análise a partir de indicadores e um planejamento prévio. Imprescindível para realização do monitoramento é realizar um bom planejamento das ações. Sem o planejamento não há parâmetros a respeito do que se pretende conhecer, o tamanho do impacto. Também possibilita identificar quais etapas ou em que momento as ações não estão de acordo com as linhas gerais.

[2] SHAPIRO, Janet. Monitoramento e Avaliação, CIVICUS, 2007.

Já a avaliação é a comparação do real impacto planejado, averiguando oque foi formulado em comparação ao que foi alcançado, aferindo os ensinamentos com intenção de melhorar a estratégia de funcionamento.

Ambos têm em comum sua estruturação focalizando a eficiência, eficácia e impacto. Eficiência diz respeito aos insumos empreendidos necessários à atividade: recursos financeiros, estrutura, equipe entre outros. A eficácia diz respeito à extensão alcançada pelo em relação aos objetivos específicos traçados em planejamento. Já o impacto se refere ao quanto as realizações trouxerem de benefício em relação objetivo macro, ou seja, à problemática central que se pretende atingir com a realização.

O ciclo abaixo demonstra o local do monitoramento e da avaliação nos processo de execução que engloba também o planejamento e a implementação das ações:



Fonte: SHAPIRO, Janet. Monitoramento e Avaliação, CIVICUS, 2007

Diferentes abordagens para avaliação[3]

Este item tem por objetivo apresentar as possíveis abordagens e questões para programas de monitoramento e avaliação, pois a partir dessas abordagens, da identificação de como e o que quer se acompanhar, que se pode definir a melhor forma de monitorar o conjunto de ações previstas em um projetos.

O quadro a seguir traz uma síntese dessas diferentes abordagens.

Abordagem	***Propósito principal***	***Possíveis questionamentos em foco***	***Metodologia***
Baseada em metas	Compreender o alcance das metas e objetivos	As metas foram alcançadas? Eficientemente? Foram essas as metas corretas?	Comparar a linha de base e as informações de progresso encontrando maneiras de definir indicadores
Tomadas de decisões	Fornecer informações	O projeto foi eficaz? Deve continuar? Como deve ser modificado?	Compreender a variedade de opções relacionadas com o contexto do projeto, resultados, processos e produtos.
Com objetivos livres	Compreender a variedade dos efeitos do projeto pretendido ou imprevistos	Quais foram todos os resultados relacionados? Que valor eles possuem?	Determinação independente de necessidades e padrões para julgar a validade do projeto. Técnicas qualitativas e quantitativas que descubram quaisquer resultados possíveis.
Julgamento de especialistas	Utilização de um especialista	Como um profissional externo a este projeto pode avalia-lo	Revisão crítica baseada na experiência, pesquisa, informal e reflexões internas;

[3] SHAPIRO, Janet. Monitoramento e Avaliação, CIVICUS, 2007.

Segundo Shapiro “em nossa opinião, os melhores avaliadores se valem de uma combinação de todas essas abordagens” (Shapiro 2007).

Desta forma o Modelo de monitoramento proposto para a Rede Crepop, conta com um modelo de implementação de um sistema de qualidade o Ciclo PDCA, Planejamento, desenvolvimento, controle e ação, modelo utilizado para realização de projetos cíclicos, com início meio e fim, a partir de instrumentos de registro, os planos de trabalho, os relatórios locais e reuniões de avalição. O Ciclo PDCA é uma ferramenta de qualidade que facilita a tomada de decisões visando garantir o alcance das metas necessárias à sobrevivência dos projetos e, embora simples, representa um avanço sem limites para o um planejamento execução e controle eficaz. Dentre as abordagens descritas acima, anova proposta trabalhará com a combinação de abordagens baseada em metas, objetivos e tomada de decisões.

OBJETIVO

Apresentar um panorama geral da atuação do Crepop, tanto no campo da investigação quando nas demais atividades realizadas em cada unidade local em relação às politicas públicas.

Verificar o alinhamento das ações realizadas pelas unidades locais do Crepop com seus objetivos enquanto centro de produção e informação, bem como a utilização destas pelos plenários dos CRPs.

Monitorar o projeto Crepop de maneira mais próxima aos CRPs. Conhecer melhor a atuação das unidades locais, para além das pesquisas especialmente:

- Relação com plenário CRP;
- Manter suporte à metodologia de pesquisa;
- Possibilitar avaliação de situações problemas e propor conjuntamente reconduções;

Objetivos Específicos

Coletar informações a respeito do trabalho empreendido, especialmente ações vinculadas à metodologia de pesquisa;

Acompanhar as etapas que envolvem o processo de produção dos documentos de referência (realização da pesquisa, análise de dados, comissões de elaboração, consulta pública, publicação, divulgação);

Verifica o impacto dos documentos de referência já publicados junto aos psicólogos do campo;

Fornecer informações para Coordenação Nacional, a fim de subsidiar as ações futuras da Rede Crepop.

A PROPOSTA DE UMA NOVA METODOLOGIA DO MONITORAMENTO

O monitoramento e avaliação da Rede Crepop foi instituído como forma de acompanhamento das atividades desenvolvidas, por meio de instrumentos de registro como histórico de informações, os relatórios de monitoramento anteriores de cada unidade local, bem como o plano de trabalho locais e nacional.

Conforme proposta da comissão de Metodologia, o monitoramento precisa ter caráter mais contínuo e constante, ou até presencial, utilizando os encontros de treinamento, como um espaço ampliado para monitoramento.

A aplicação da nova proposta de monitoramento deve partir de informações já existentes, dos relatórios de atividades já existentes, que indicarão o marco histórico da situação em que a Rede do Crepop se encontra. Este marco será considerado um “marco zero” para acompanhar o processo de consolidação dos instrumentos pesquisa a partir da reestruturação da metodologia.

Vale a pena ressaltar que a nova proposta de monitoramento propõem-se acompanhar as ações do Crepop nos CRPs a partir dos seguintes etapas, instrumentos e espaços, no período de um ano.

ETAPAS

1. Planejamento

   A etapa do Planejamento se inicia após a deliberação da APAF sobre a área que será investigada no próximo ano.

   A Coordenação Nacional elabora uma proposta de plano de trabalho, com as ações previstas de pesquisa em âmbito nacional, até a segunda quinzena do mês de janeiro e remete às unidades locais, que junto à plenária do regional e conselheiro responsável, elaborarão seus planos de trabalho locais, respeitando o cronograma nacional de pesquisa, inserindo as ações da política local.

   O Plano de Trabalho local servirá como ponto de referência para a observação do desenvolvimento das ações, pois contempla a programação da Unidade Local em relação à agenda proposta pela Coordenação Nacional. (CREPOP, 2009, pág. 4)

Estes, por sua vez, deverão ser elaborados e remetidos à Coordenação Nacional até o mês de Fevereiro.

2. 1ª Reunião com equipe de técnicos e pesquisadores do Crepop
   Esta etapa surge na nova proposta de monitoramento, como um espaço de análise e ajuste dos planejamentos locais. Tem por objetivo maior relacionar as ações localizadas de cada unidade do Crepop a um plano de ação regional, especialmente para o primeiro ciclo de pesquisa do ano. Este espaço estará vinculado às reuniões de treinamento dos técnicos, as quais na reestruturação da metodologia serão realizadas antes dos ciclos de pesquisa.
   Para tanto serão realizadas reuniões regionais, nos meses de maio e junho, precedendo o início das atividades de investigação da prática.

   Instrumentos utilizados na etapa
   (a) Plano de trabalho da Rede Crepop;
   (b) Planos de trabalho locais.

   Produtos e resultados

   (a) Planos de ação regional;
   (b) Metas e indicadores para ação local e regional.

3. Reuniões telefônicas com conselheiros responsáveis pelo Crepop.
   Esta ferramenta do monitoramento já foi utilizada em outros momentos da Rede Crepop, entretanto na proposta de monitoramento ela assume status

de etapa, sendo estruturante ao processo de acompanhamento.

A expectativa diante desta etapa gira em torno de uma maior apropriação dos conselheiros responsáveis do Crepop pelo projeto Nacional da pesquisa. Deste modo, esta etapa visa acompanhar o desenvolvimento das pesquisas sob o olhar do conselheiro local.

Para tanto serão realizadas 4 reuniões telefônicas regionais, nos meses de junho e julho, após o início das atividades de investigação da prática do 1º Ciclo de Pesquisa. Essas reuniões telefônicas com os conselheiros Responsáveis deverão ser conduzidas pelos conselheiros responsáveis pelo Crepop Nacional, com assessoria da Coordenação Nacional do Crepop.

<u>Instrumentos utilizados na etapa</u>

(a) Plano de trabalho da Rede Crepop;

(b) Relato do andamento das atividades de pesquisa no regional

(c) Avaliação de desempenho da unidade local.

<u>Produtos e resultados</u>

(a) Memória da reunião telefônica;

(b) Encaminhamento e recondução de ações postas em dificuldades.

4. Relatórios do Ciclo de Pesquisa.

A inclusão dos relatórios do ciclo de pesquisa como uma etapa deste processo de acompanhamento das atividades vem ao encontro de antigas demandas da rede sobre uma devolutiva da Coordenação Nacional sobre estes relatórios. E também vem cobrir muitas lacunas observadas nos monitoramentos anteriores, ou seja, ter este

relatório de pesquisa, também como um relato do desenvolvimento do trabalho, nos quais se abordam as dificuldades encontradas, os limites da ação e todas as soluções dadas para a realização da pesquisa.

O conteúdo desses relatórios abordam todos os processos da investigação da prática, desde a mobilização, a realização do grupo e entrevista, como o mapeamento do campo, sendo desta forma a ferramenta mais precisa para acompanhar este processo.

Para tanto cada unidade local do Crepop enviará ao término do ciclo um relatório de pesquisa, que será lido pela Coordenação Nacional e, logo após, remetido ao GPME, para análise e sistematização dos dados.

A inserção deste relatório como instrumento do monitoramento prescinde um rigor maior no prazo de entrega dos mesmos, uma vez que este agora além de resultado do trabalho é ferramenta de acompanhamento das atividades locais.

Instrumentos utilizados na etapa

(a) Relatório do ciclo de pesquisa;

Produtos e resultados

(a) Sistematização das dificuldades e soluções encontradas no processo de investigação;

(b) Documento com proposta de recondução de ações postas em dificuldades.

5. Acompanhamento de ações demandadas ao Crepop, não vinculadas diretamente às pesquisas;

Esta etapa perpassa por todo ano de trabalho, e agrega todo o suporte oferecido a Rede seja no âmbito da pesquisa, ou de qualquer outra orientação. Embora esta seja uma etapa já

consolidada no processo de monitoramento, a inovação será a utilização de um formulário, ou relatório breve, a ser preenchido após a orientação. Esta medida vem dimensionar o volume de atividades de disseminação da informação e mobilização para consulta pública, possibilitando o registro e sistematização das dificuldades de realização do trabalho que estão fora do alcance dos relatórios de pesquisa, e dos planos de trabalho.

6. Reunião Nacional do Crepop

A Reunião Nacional do Crepop é um encontro de periodicidade anual que visa promover o aprimoramento técnico-metodológico, a qualificação e interação da rede, bem como o fortalecimento do CREPOP. Além disso, é a culminância do processo de monitoramento do ano, reunindo todas as informações, relatos e documentos de recondução de atividades. Assumindo também um caráter de qualificação e planejamento para o próximo ano, renovando os compromissos políticos e profissionais dos integrantes da Rede CREPOP, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia.

A qualificação se responsabilizará por trazer a tona a discussão de temas que foram ao longo do ano apontados como dificuldade, e maior necessidade de recondução. Assim como temas em pesquisa ou políticas públicas específicas. Em relação ao planejamento, a Reunião Nacional do Crepop, apontará as expectativas de trabalho e pesquisa da Rede para o próximo ano.

<u>Instrumentos utilizados na etapa</u>

(a) Subsídio para eleição de áreas

(b) Relatório anual de monitoramento e avaliação.

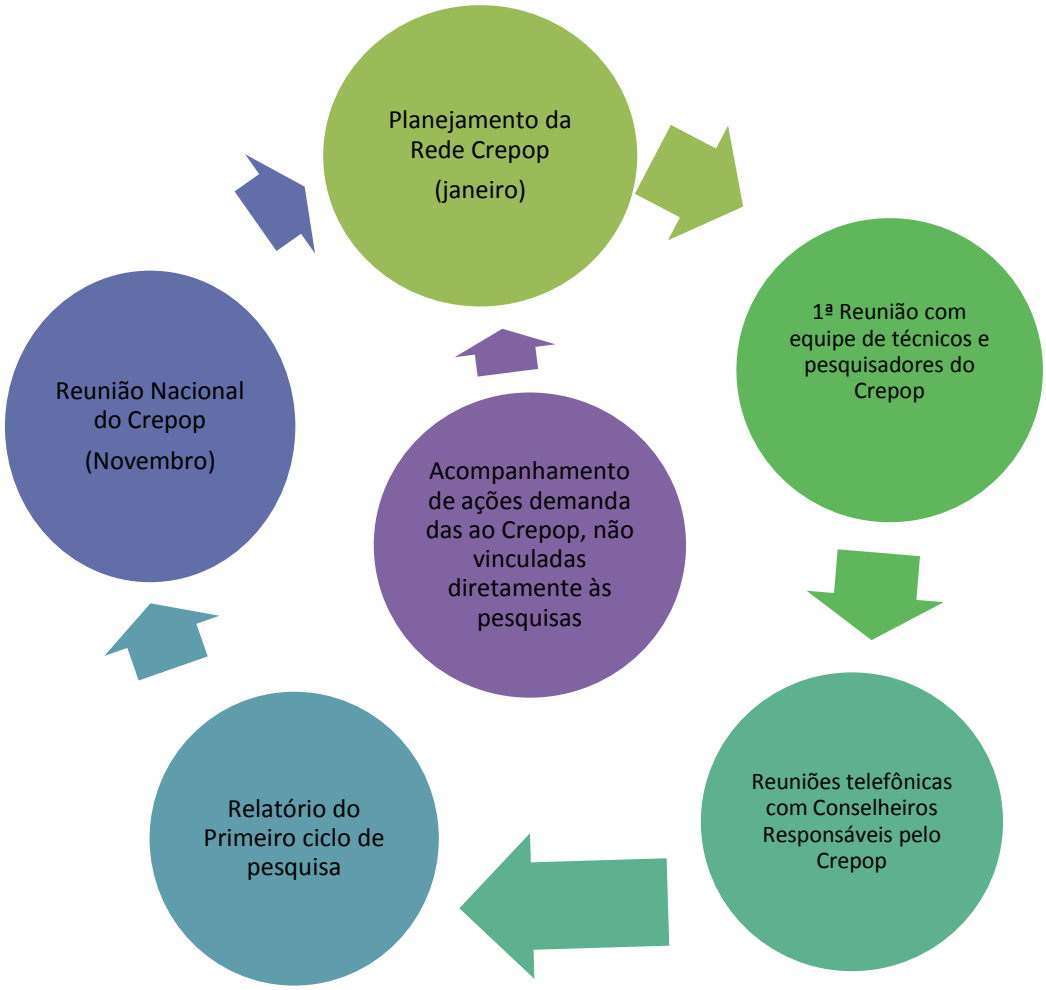
Produtos e resultados

(a) Memória da Reunião Nacional do Crepop;

(b) Encaminhamentos e proposta de áreas a ser investigadas para o ano.

(c) Encaminhar todos os produtos e Resultados da Reunião Nacional do Crepop para a Aprovação da APAF.

Fluxograma com ações da proposta de monitoramento da rede Crepop



Fonte: CFP/Crepop.2011

ANEXOS

PESQUISA PILOTO: Atuação dos psicólogos na política nacional do Idoso

A pesquisa sobre a atuação dos psicólogos na política nacional do Idoso, realizada pelo Crepop no ano de 2011 foi utilizada como pré-teste, ou seja, uma estratégia de aplicar os instrumentos e métodos propostos do processo de reestruturação da metodologia de pesquisa do Crepop. Considerada uma pesquisa piloto por proceder a partir desses novos arranjos metodológicos, e também por seu caráter transversal, a investigação desta área de atuação possibilitou à Rede Crepop avaliar e validar a toda a proposta de reestruturação metodológica.

A nota técnica a seguir apresenta e descreve todas as adequações e inovações dos instrumentos e modos de aplicação da metodologia de pesquisa do Crepop.

NOTA TÉCNICA CREPOP/CFP 04/2011 – FERRAMENTAS PARA LEVANTAMENTO DE DADOS NA POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO.

O Conselho Federal de Psicologia, por meio do Crepop, lança a nota técnica para a pesquisa sobre atuação de psicólogos junto à Política Nacional do Idoso. O objetivo desta nota é apresentar as diretrizes e ferramentas que nortearão o processo de pesquisa em todo o país. A pesquisa será realizada no período de 15 de agosto a 15 de dezembro de 2011.

O processo de construção desta nota considerou a complexidade da Política para o Idoso, que comporta inúmeros serviços e diferentes ações de diferentes Ministérios, além de compreender as relações que se constroem entre as várias instituições, a Coordenação Nacional do Crepop juntamente com o GPME/UFRN ponderou a respeito da melhor utilização das ferramentas para coleta dos dados qualitativos.

A partir do levantamento quantitativo de psicólogos em atuação nesta política, foi verificada a possibilidade de realização de Grupos Fechados para investigar a prática do psicólogo - *núcleo de prática profissional* (Gastão Wagner[4]). Com relação à investigação sobre o *campo* das políticas públicas, pelos motivos já expostos, foi necessária ampla discussão a respeito da aplicação dos instrumentos de pesquisa.

[4] CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Saúde pública e saúde coletiva**: **campo e núcleo de saberes e práticas**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2000, vol.5, n.2, pp. 219-230. ISSN 1413-8123. dou: 10.1590/S1413-81232000000200002.

Metodologia de coleta de dados do Crepop

Diante das discussões realizadas durante o Seminário de Metodologia do Crepop, a Coordenação Nacional e a Comissão de Metodologia definiram novos parâmetros para realização das pesquisas do Crepop.

As etapas da pesquisa passam a ser:

1 **LEVANTAMENTO DOS MARCOS LÓGICOS E LEGAIS** – realizado simultaneamente pela Coordenação Nacional e pelas unidades locais do Crepop, com objetivo de coletar legislações, diretrizes, normativas para a execução da política pública, em âmbito Nacional (Crepop/CFP) e Regional (Crepop/CRPs):

1.1 Legislações e marcos em âmbito nacional. Levantamento realizado pela Coordenação Nacional do Crepop;

1.2 Legislações e marcos em âmbito regional. Levantamento realizado pelas Unidades locais do Crepop nos CRPs;

1.3 Estudo dos marcos lógicos e legais e verificação da correlação entre marcos nacionais e regionais; Unidades locais do Crepop.

2 MAPEAMENTO DO CAMPO DA POLÍTICA PÚBLICA

Este item corresponde ao 1º circuito da pesquisa que corresponde ao levantamento realizado pelas unidades locais do Crepop, a partir da compreensão dos possíveis campos de atuação do psicólogo na Política do Idoso. O mapeamento do campo deve abarcar a estrutura organizacional, serviços prestados, gestores (macro e dos serviços) instituições da sociedade civil envolvidas, conselhos de controle social que acompanham a política, bem como o quantitativo de psicólogos em atuação.

2.1 Identificação de órgãos Estaduais e Municipais que executam a política: das Secretarias, Coordenadorias, serviços e equipamentos públicos.

2.2 Identificação das instituições da sociedade civil organizada (instituições) e dos projetos por estas desenvolvidos;

2.3 Identificação dos gestores responsáveis pelas políticas tanto em nível macro (Secretários) quando em nível local (Coordenadores de serviços);

2.4 Identificação dos psicólogos que atuam na política;

2.5 Identificação dos demais trabalhadores que atuam na política;

2.6 Fazer mapa da rede de atenção ao Idoso na sua localidade;

2.7 Inserir Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos do Idoso como fonte para o mapeamento do campo.

2.8 Para registro utilizar um quadro demonstrativo (informações hipotéticas):

Estado	Instituição	Cidade	Área/ Campo	Serviço	Programa	Estatal ou convenio	Descrição do Programa ou serviço	N.º de psicólogos
DF	Sec. de Saúde / Instituto de saúde do Idoso.	Brasília	Saúde	Atenção à saúde do Idoso			Programa de saúde para pessoas com mais de 65 anos de idade, para prevenção de doenças relacionadas ao envelhecimento.	25

3 QUESTIONÁRIO ONLINE – Este instrumento passou por readequações com vistas a atender as indicações do Seminário. As principais alterações foram: manter o foco do questionário em perguntas sobre sua prática profissional, remetendo as perguntas relativas à interdisciplinaridade ao roteiro dos grupos; retirada a maioria das questões referentes à Ensino e Pesquisa (visto o baixo número de respondentes); redução do

número de questões e adequações de questões para facilitar o preenchimento.

4 ENTREVISTA COM GESTORES

4.1 Entrevista com Gestor Macro

A escolha desse gestor deverá ser realizada com a principal secretaria, ou secretaria responsável, de todas as que compõem a política do idoso, àquela que executa mais ações no âmbito da política Nacional do Idoso; Agendar entrevista com Secretário (no máximo, gestor de 2º escalão);

Perfil do Entrevistado:

Gestor macro da Política, um secretario estadual ou municipal de uma das grandes áreas nas quais a política para o Idoso perpassa (Educação, Saúde ou Assistência Social);

4.2 Entrevista com os gestores de serviços onde atuam psicólogos.

Para a pesquisa do Idoso avaliou-se a necessidade de se fazer duas entrevistas com dois gestores diretos, devido amplitude de serviços e programas que existem para o atendimento dessa população. Indicação de entrevistas com duração de em média 01 hora e 20 min.

A escolha desses gestores deverá ser realizada pelo critério do serviço/programa/projeto no qual há maior quantitativo de psicólogos em atuação na região pesquisada, devendo ser utilizada o Roteiro de Entrevista nº 1.

Identificação dos gestores: Dentre os diversos serviços da política, identificar aquele(s) com maior quantidade de psicólogos; Realizar entrevistas com dois gestores/coordenadores de serviços, em pastas

(secretarias) diferentes, nos quais haja mais psicólogos em atuação;

Gestor direto de um dos serviços da Política, este pode ser de uma das grandes áreas que perpassam a política do Idoso (Educação, Saúde ou Assistência Social);

ROTEIRO ENTREVISTA Nº 1 – Gestor Macro

Objetivos:

Identificar os aspectos macros e da gestão da política a respeito da relação entre a Psicologia, da prática do psicólogo com política para o Idoso.

Questões para a entrevista:

1- Conhece a atuação dos psicólogos na política para ao Idoso?
2- Como vê a contribuição da Psicologia para a Política para o Idoso?
3- O que espera da atuação dos psicólogos nesta política?
4- Como vê o dialogo da Psicologia com outras profissões?

Limitações da política pública, por exemplo:

1. Quais são as principais limitações?
2. Elas são de que ordem? Material, pessoal (RH) e/ou de organização?
3. Por favor, descreva-as.

Intersetorialidade

1- Há uma rede de referência articulada nesta região (tanto pública quanto terceiro setor)?
2- Como funciona esta rede?
3- Como é organizada exercício da intersetorialidade nesta política?
4- Quais as dificuldades e vantagens da atuação intersetorial?

ROTEIRO ENTREVISTA Nº 2 – Gestores dos serviços

Objetivos:

- Identificar os aspectos contextuais que condicionam e possibilitam a prática profissional de psicólogos no campo da política pública em questão.
- Registrar os elementos da política pública em que se consolidam na prática profissional.
- Possibilitar descrições e análises do campo de atuação.

Questões para a entrevista com gestor direto

Situação atual da Política de Idoso:

1. Como a Política Nacional do Idoso está implantada na sua região?
2. Quais as principais dificuldades encontradas para a implementação e/ou execução da Política Nacional do Idoso?
3. Como essas dificuldades têm sido enfrentadas?

Potencialidades e possibilidades do campo de trabalho, por exemplo:

1. Quais os serviços e/ou atividades desempenhadas pelo psicólogo?
2. Tais atividades são desenvolvidas em conjunto com outros profissionais ou outros atores?
3. Como você avalia a prática do psicólogo?

4. Como os gestores da política percebem as possibilidades de contribuição do psicólogo para a política do idoso?
5. Qual a avaliação (ou percepção?) dos outros atores da atuação do psicólogo?
6. Quais as demandas colocadas aos Psicólogos?
7. É possível identificar, enquanto Gestor dessas políticas, sobre a atuação:

    (1) práticas ou formas de organização coletiva;

    (2) ou de articulações Inter setoriais;

    (3) práticas que sejam inovadoras nesta política? Quais?

Interdisciplinaridade

1. Como é organizado o exercício da interdisciplinaridade nesta política?
2. Quais as dificuldades de uma atuação interdisciplinar
3. Quais as vantagens da atuação interdisciplinar?

ROTEIRO DE SINTESE DA ENTREVISTA Nº 1 e 2

1. Dados Crepop

Crepop/CRP: _____

Técnico Responsável:

Data:

Local da Entrevista:

Duração da Entrevista:

2. Dinâmica da Entrevista

Descrever brevemente o clima da entrevista, como o entrevistado se portou, sua motivação para falar de determinados temas.

Descrever as principais dificuldades da entrevista: tempo, assunto, local, número de questões, alguma pergunta não foi respondida ou perguntada? Por qual motivo?

Fazer uma breve análise a respeito das entrevistas, na qual apresente os principais temas abordados com trechos das falas que exemplifique tais apontamentos.

Anexo: Desgravação do áudio da entrevista

4-PESQUISA QUALITATIVA EM GRUPO: PSICÓLOGOS e/ou Multiprofissionais

Grupo de Psicólogos

Para a pesquisa do Idoso um dos instrumentos eleitos para a realização da coleta qualitativa foi o **Grupo de Psicólogos**, tem o objetivo possibilitar um espaço de diálogo para psicólogos que atuam no campo específico investigado dentro de uma mesma área geográfica. Os grupos são como uma amostra estratificada da atuação dos psicólogos junto à população idosa, para formar esse grupo é importante que este seja mais homogêneo possível.

A partir desses diálogos é possível identificar os modos de atuação desenvolvidos, neste campo específico, além dos conflitos e dilemas encontrados na pratica diária em Psicologia (CFP/CREPOP, 2008); Ficam mantidas as bases do grupo fechado para utilização no grupo de psicólogos como indicado nos itens a seguir:

4.3 A partir da identificação da quantidade de psicólogos, avaliar a pertinência da realização do grupo;

4.4 Havendo um grande número de psicólogos, indica-se a realização de grupos contemplando os diferentes serviços;

4.5 Tem por objetivo investigar a prática profissional;

4.6 Produção de relatórios de acordo com o roteiro orientador elaborado pelo GPME;

4.7 Pesquisa qualitativa em grupo: Grupo de debates com psicólogos; vale destacar que para esta pesquisa , não vamos utilizar o instrumento de coleta Grupo de Multiprofissionais;

4.8 Produção de relatórios de acordo com o roteiro orientador elaborado pelo GPME;

4.9 Realização de Rodas De Conversa para discussão, intervenção e discussão da política do regional sobre o Idoso.

ROTEIRO INDICATIVO PARA REALIZAÇÃO DO GRUPO DE PSICÓLOGOS

Grupo com Psicólogos:

Objetivo: promover e registrar a discussão dos participantes quanto à sua prática profissional e sobre as questões imediatas do campo em que atuam.

Objetivos Específicos

- Subsidiar análises sobre o envolvimento dos participantes com o campo;
- Identificar a troca de experiências entre os profissionais de Psicologia envolvidos diretamente com a área em análise;
- Refletir sobre as contribuições da psicologia nesta área;
- Descobrir os conceitos que sustentam a prática do psicólogo nesta área de atuação;
- Identificar as principais dificuldades e dilemas presentes nesta área de atuação.

Procedimentos

1. **Participantes:** apenas psicólogos atuantes no campo de investigação, técnico do CREPOP e estagiário ou outro membro do conselho regional para a relatoria.
2. **Número mínimo e máximo de participantes** entre 03 a 25 pessoas
3. **Duração da atividade –** média de três horas
4. **Reunião deve ser gravada em áudio para facilitar a transcrição**
5. **Orientações aos participantes:**

- Explicitar os objetivos do grupo como instrumento de coleta;
- dar ênfase ao TCLE (em anexo)
- só uma pessoa fala de cada vez;
- evitam-se discussões paralelas para que todos participem;
- ninguém pode dominar a discussão;
- todos têm o direito de dizer o que pensam.

Relatoria – escolher de um relator, que não sejao técnico do CREPOP ou profissional participante da reunião, para sanar eventuais incompreensões das transcrições. É imprescindível que o técnico seja o moderador deste grupo.

A reunião deve ser pautada pelos temas previstos no roteiro indicativo. Se houver desvio do tema, o técnico deve garantir que as discussões girem em torno do proposto ao grupo.

As reflexões dos técnicos sobre o grupo, debatem e sobre o tema devem ser explicitadas em local específico.

Roteiro para o grupo: o roteiro com os temas a serem discutidos no grupo deve ser adaptado a cada campo de investigação. No entanto, devem ser abordadas as seguintes questões: a) caracterização dos serviços em que atuam os psicólogos participantes; b) prática profissional do psicólogo (rotina, atividades, recursos técnicos, teorias, relações de trabalho, implicações éticas, etc.); b) trabalho em equipe (composição da equipe, atividades, planejamento, avaliação do trabalho, etc.); c) Rede de referência (referência e contrarreferência, parcerias, intersetorialidade, etc.); d) considerações sobre a política (avaliação, sugestões, etc.).

Elaboração de relatório da reunião

Formato: os relatórios devem ser encaminhados em arquivo do Word ao CREPOP Nacional, digitado em espaço duplo, fonte *Times New Roman* ou *Arial* 12.

Dados gerais:

1. CREPOP/CRP
2. Técnico Responsável
3. Relator
4. Data
5. Local da Reunião
6. Duração da Reunião
7. Número de participantes
8. Caracterização sociodemográfica dos participantes (síntese das informações contidas na ficha de participantes)
9. Descrição da metodologia adotada/estratégias de mobilização utilizadas

Caracterização campo: breve descrição dos serviços voltados para o atendimento da política em foco na região

Conteúdo: os relatórios devem ter caráter descritivo (sem apreciações e/ou análises do técnico e relator), contendo a síntese do que foi discutido no grupo, com trechos das falas que exemplifique os principais pontos abordados. Devem ser divididos em tópicos conforme Nota técnica do CREPOP nacional.

Identificação dos participantes: é importante fazer durante o relato a identificação dos trechos das falas, com as indicações P1, P2, mantendo o respeito ao sigilo, mas apontando contradições de fala, ou exemplos dos principais pontos abordados.

Análise do Técnico: Espaço específico para que o técnico apresente suas impressões e

análises sobre a condução/moderação do grupo. E também expor sua análise/reflexão sobre a temática, neste caso a política do Idoso na sua Região.

Número de páginas do relatório: Conforme as proposições do seminário este relatório pode/deve conter de 8 a 12 páginas.

Orientações temáticas para discussão

Os técnicos da Rede devem levantar os seguintes temas:

I Descrição e análise da atuação na política do Idoso

- Quais são as atividades desenvolvidas com os idosos
- Estas são específicas do psicólogo?
- Há um processo de planejamento das atividades?
- Qual a sua participação nesse planejamento?
- Com que autonomia você desenvolve essas atividades?
- Quais os recursos técnicos da psicologia são utilizados?
- Quais as teorias e conceitos que mais influenciam a atuação dos psicólogos para a atenção ao Idoso?

II Interdisciplinaridade/intersetorialidade

- Que outras categorias profissionais trabalham no serviço?
- Há atividades desenvolvidas em conjunto com outros profissionais? Que tipo de atividade?
- Quais as vantagens da atuação interdisciplinar?

- Quais as dificuldades sentidas na atuação interdisciplinar e como têm sido enfrentadas?
- No local em que trabalha há uma rede de referência para encaminhamento das diferentes necessidades dos usuários? Como funciona essa rede?

III **Outras práticas e inovações**

- Os psicólogos têm conseguido criar novos programas, novas práticas neste campo de Atuação? Quais?

IV A Política pública- Política do Idoso

- Ao iniciar o trabalho neste campo você teve oportunidade de se informar sobre as políticas públicas voltados para a atenção e proteção ao idoso?
- Quais os principais pontos positivos que você identifica nas políticas públicas voltadas para a atenção e proteção ao idoso?
- Que aspectos deveriam ser alterados/incluídos/suprimidos nas políticas públicas para os idosos?
- As políticas públicas voltadas para o idoso contribuíram para incrementar e elevar a qualidade dos serviços prestados aos usuários do programa ou serviço?

OBS: Observar a problemática dos processos de terceirização das políticas na sua localidade.

V Implicações éticas

- Quais as implicações éticas mais importantes para a atuação dos psicólogos nesse campo?
- Você já se defrontou no seu trabalho com situações de maus tratos, negligência, abandono de idosos por

parte de seus familiares ou responsáveis? Qual a atitude tomada?

VI Considerando todos estes aspectos discutidos e outros, eventualmente não abordados, quais vocês identificariam como os principais problemas enfrentados neste campo?

Sugestão de ação

Rodas de conversa: metodologia bastante utilizada nos processos de leitura e intervenção comunitária consistem em um método de participação coletiva de debates acerca de uma temática, através da criação de espaços de diálogo, nos quais os diferentes sujeitos podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmos. Tem como principal objetivo motivar a construção da autonomia desses sujeitos por meio da problematização, da socialização de saberes e da reflexão voltada para a ação multiprofissional. Envolve, portanto, um conjunto de trocas de experiências, conversas, discussão e divulgação de conhecimentos entre os envolvidos nesta metodologia.

Objetivo: promover discussão dos participantes sobre as questões imediatas do campo em que atuam.

Perfil: Profissionais, gestores, conselheiros, estudantes, psicólogos que atuam com o IDOSO.

Tema sugerido: As políticas locais de atenção ao Idoso;

Registro: não é obrigatório.

A REALIZAÇÃO DAS RODAS DE CONVERSA NÃO CONSTITUI INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E SUA REALIZAÇÃO FICA A CRITÉRIO DO REGIONAL.

Referências Bibliográficas

BOCK, A. M. B. A **Psicologia a caminho do novo século**: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, 1999, 315-319.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA/CFP. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.
Disponível em: www.pol.org.br. Acessado em: 6 de julho de 2009.

_____. **Banco Social de Serviços**. Relatório Final. Brasília: CFP, 2005.

_____. **Modelo de monitoramento e Avaliação**. Brasília. 2009.

_____.**Caderno de Deliberações do VIII Congresso Nacional de Psicologia**. Protagonismo Social da Psicologia, junho de 2010.CFP. Brasília 2010.

ENAP. **Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Programas e Projetos Sociais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** – FNDE - Glossário: In: Apostila do Curso de Formação de Multiplicadores ENAP. [PDF] ENAP: Brasília, 2006.

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

PASSOS, E. ; Benevides, R . **A cartografia como método de pesquisa-intervenção**. In: Eduardo Passos, Virgínia Kastrup; Liliana da Escóssia. (Org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, v. , p. 17-31.

SHAPIRO, Janet. **Monitoramento e Avaliação**, CIVICUS, 2007. Acessado em : http://www.civicus.org/new/media/Monitoramento-e-Avaliacao.pdf, em 21 de novembro de 2011.

